

RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.550 - SP (2020/0055559-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : ANA PAULA LAIOLA
ADVOGADO : RAPHAELLA ARANTES ARIMURA - SP361873
RECORRIDO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET - SP104061

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 189, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Negativa de cobertura de cirurgia reparadora necessária em razão de perda de peso resultante de cirurgia bariátrica. Abusividade da negativa de cobertura reconhecida.

DANO MORAL. Inocorrência. Recusa de cobertura que não acarretou grave situação de aflição psicológica e de angústia da segurada, não ultrapassando o campo da resistência motivada e do simples e reconhecido inadimplemento contratual. R. sentença mantida. Recurso improvido.

Em suas razões, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186, 927 do Código Civil e 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor.

Defende, em síntese, ter direito a ser compensada pelos danos morais suportados em razão da negativa de cobertura do procedimento médico. Alega ter padecido física e psicologicamente com a recusa do plano de saúde, devendo ser reparada pelos danos sofridos.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 240/248, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 251/253, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver

entendimento dominante acerca do tema”.

Não prospera o pedido de compensação pelos danos morais, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o mero inadimplemento contratual não enseja a condenação por danos morais (AgInt no AREsp 381.686/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 22/8/2017).

Nesse sentido, a recusa do plano de saúde em custear determinado tratamento não configura a hipótese de dano moral presumido – ou *in re ipsa* – razão pela qual se mostra indispensável a comprovação do efetivo prejuízo para que haja o dever de compensar.

É necessário que exista, assim, uma consequência mais grave em virtude do ato que, em tese, tenha violado o direito da personalidade, provocando dor, sofrimento, abalo psicológico ou humilhação consideráveis à pessoa, e não quaisquer dissabores da vida.

O Tribunal negou a compensação, nos seguintes termos (fls. 190/192, e-STJ):

Trata-se de ação através da qual a autora sustenta que era portadora de obesidade mórbida, tendo realizado cirurgia bariátrica. Ocorre que após a realização da cirurgia bariátrica e perda de peso, para complementação do tratamento, houve a prescrição de cirurgias corretivas - Dermolipectomia para correção de abdome em avental, Mamoplastia com colocação de próteses mamaria para correção de ptose bilateral e procedimentos cirúrgicos para correção de lipodistrofia crural. Ocorre que a parte ré se recusa a autorizar os procedimentos, sob o argumento de que não estão previstos no contrato e no rol taxativo da ANS. Pugnou para que a ré seja compelida à realização das cirurgias, bem como ser indenizada por danos morais.

A r. sentença julgou parcialmente procedente a demanda, negando o pedido de indenização por danos morais.

Insurge-se a autora.

Sem razão de ser, porém.

Isso porque, a recusa de cobertura não acarretou grave situação de aflição psicológica e de angústia da segurada, não ultrapassando o

campo da simples resistência motivada e do simples e reconhecido inadimplemento contratual. Daí que a r. sentença bem pronunciou, no caso, o descabimento da indenização por danos morais.

Importante salientar, que houve antecipação da tutela no processo, sendo que não há notícia de que a ré tenha se recusado a cumprir a r. decisão. Desta feita, o sofrimento foi imediatamente contido pela decisão liminar.

Além disso, é de se consignar que, a despeito da negativa de cobertura pela ré, observa-se que na hipótese dos autos ocorreu tão somente o descumprimento contratual, o que não rende ensejo a danos morais.

Assim, o pressuposto para configuração do dano moral, ausente na hipótese dos autos, é o gravame à imagem, à intimidade ou à honra da pessoa (CF., art. 5º, V e X).

No caso sub judice, entretanto, o que se tem, em essência, é um conflito de interesses entre os demandantes, tendo por objeto o contrato firmado entre as partes. Ora bem, a liberdade de pactuação, de um lado; e, de outro, a utilização da via judicial para a solução dos conflitos, inserem-se no campo das licitudes formais e procedimentais, garantidas pelo ordenamento jurídico, inclusive pela Constituição Federal.

Presentemente, tem-se a pactuação de contratos entre as partes é direcionado à assistência à saúde e seus consectários, no âmbito de um contrato bilateral sinalagmático. Pois bem, a inserção de cláusulas eventualmente havidas por ilegais, ou até abusivas, e, bem assim, o inadimplemento contratual da ré não traduz violações à honra, à intimidade ou à reputação da autora.

De todo modo, havendo a autora se socorrido da via judicial para proteção e garantia de seus direitos, deixou mesmo de haver repercussão moral a seu desfavor, em decorrência do sustentado descumprimento contratual, não restando configurado o pressuposto da reparabilidade do dano moral que é a ofensa à imagem, intimidade ou honra, subjetiva ou objetiva, da pessoa.

E, como referido, descumprimento de contrato, por si mesmo, não tem um tal alcance de *eventus damni*.

Portanto, a manutenção da r. sentença é medida que se impõe.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido, para se afastar a conclusão de que não houve os alegados danos morais, ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em

sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. NEGATIVA DE COBERTURA. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DÚVIDA RAZOÁVEL. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. A recusa da cobertura de tratamento por operadora de plano de saúde, por si só, não configura dano moral, notadamente quando fundada em razoável interpretação contratual. Precedentes.

2. Não cabe, em recurso especial, reinterpretar cláusulas contratuais ou reexaminar matéria fático-probatória (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1717629/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 17/5/2019)

Cumpra registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ, quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora